

**ANÁLISE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CRIAÇÃO DE  
UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA CUIDADOS  
COM ANIMAIS ABANDONADOS**

**Michele Tsuchida**

**[michele.tsuchida@estudante.ufscar.br](mailto:michele.tsuchida@estudante.ufscar.br)**

**Nilton Cezar Carraro**

**[nilton.carraro@ufscar.br](mailto:nilton.carraro@ufscar.br)**

## ANÁLISE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA CUIDADOS COM ANIMAIS ABANDONADOS

### RESUMO

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são associações e fundações que não possuem fins lucrativos, nos quais têm ação independente em relação ao Estado. Este estudo teve como objetivo analisar os requisitos necessários para se constituir uma ONG de animais abandonados com a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e para isso, utilizou-se de um modelo descritivo de pesquisa, de caráter qualitativo com a utilização da pesquisa bibliográfica. Como resultados obteve-se uma ampla gama de informações que contribuiu para uma visão mais ampla sobre o assunto e aspectos importantes para aqueles que atuam ou atuarão no setor, não se limitando apenas a aspectos jurídicos. Entre esses resultados criou uma síntese entre os principais requisitos necessários, constando as fontes para consulta integral. Como contribuições futuras, depreende-se que é necessária a pesquisa in loco nas ONGs para checar se fato atendem todos esses requisitos e se existem outros que esse trabalho não contemplou.

**Palavras-chave:** Organização Não Governamental, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Estrutura, Financiamentos.

### ABSTRACT

Non-Governmental Organizations (NGOs) are non-profit associations and foundations that act independently from the State. The objective of this study was to analyze the necessary requirements to constitute an NGO for stray animals with the qualification of Civil Society Organization of Public Interest (OSCIP) and, to do so, a descriptive research model was used, with a qualitative character and the use of bibliographical research. The results obtained were a wide range of information that contributed to a broader view of the subject and important aspects for those who work or will work in the sector, not limited to legal aspects. Among these results, a synthesis of the main requirements was created, including the sources for full consultation. As future contributions, it is necessary to conduct in loco research in the NGOs to check whether they meet all these requirements and if there are others that this work did not address.

**Keywords:** Non-Governmental Organization, Public Interest Civil Society Organization, Structure, Funding.

## 1. INTRODUÇÃO

Infelizmente é comum ver animais abandonados nas ruas. Quanto menor a cidade, mais comum é esse fato. Um caso aterrorizante aconteceu na cidade de Brotas (SP), onde búfalas dedicadas à produção de leite foram deixadas sem alimento e água por muito tempo, chegando a um estado inimaginável. Muitos animais morreram e a suspeita que outros foram enterrados vivos (PORTAL G1, 2021).

O estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), aponta a presença de 132,4 milhões de animais de estimação no país, onde o número de animais domésticos nos lares brasileiros superou o número de crianças com até 14 anos de idade. Somente até o ano de 2013, em cada 100 famílias, 44 deles criam ao menos um cachorro; em contrapartida, 36 lares têm pelo menos uma criança (EXAME, 2021).

Esse número em 2018 aumentou para 139,3 milhões, e em 2019 ainda mais (SOUZA; REIS, 2018) pois a procura por adoções de cães e gatos aumentaram significativamente durante as restrições da pandemia do coronavírus. Entretanto, segundo a entidade Ampara Animal, o número de abandono aumentou também, em 61%, apenas no período entre junho de 2020 e março de 2021 (VEJA SAÚDE, 2021).

Durante a pandemia, o Brasil registrou em torno de 30 milhões de animais domésticos abandonados (PORTAL MARS, 2021). Além de ser uma crueldade, esses dados podem refletir um grave problema social, pois a superpopulação desses animais em condições de rua traz problemas para a saúde pública, como por exemplo na transmissão de zoonoses.

O Terceiro Setor é formado por organizações que não pertencem ao governo, sendo instituições formais que não possuem fins lucrativos e tem a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social. Dentre as organizações que compõem esse setor estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), instituições religiosas, entre outros (RIBEIRO et al, 2016).

As ONGs, então, são associações e fundações que não possuem fins lucrativos que têm ação independente em relação ao Estado, apesar de atuarem na esfera pública. A partir da década de 1970 e 1980, durante as restrições da ditadura militar, a visibilidade das ONGs cresceu, alcançando um papel relevante na luta por direitos humanos e políticos.

Atualmente, várias causas como defesa de direitos, justiça social, educação, questões ambientais e animais, entre outras são defendidos, constituindo assim, um papel importante para o setor público (DE CASTRO et al., 2012).

Hoje, segundo os estudos do IBGE, existem pelo menos 236.950 unidades de ONGs no país, dentre elas, 1.689 sendo ONGs associadas ao meio ambiente e proteção animal (IBGE, 2021). Fazendo um cálculo rápido através de uma média, seria algo em torno de 17.762 animais para cada ONG só a partir de 2020, considerando que todas elas identificadas pelo IBGE cuidassem dos animais abandonados durante a pandemia.

Dada essa condição, esse trabalho tem como objetivo identificar os requisitos necessários para se constituir uma ONG para cuidar de animais abandonados, não se limitando à condição jurídica, buscando alcançar e revelar demais aspectos envolvidos como, estrutura, serviços, engajamento da população, empresas e poder público, financiamento das atividades, entre outros elementos que surgirão na pesquisa.

Portanto, essa pesquisa se justifica devido a carência de atendimento dos animais abandonados, como do poder público que não tem condições ou não é capaz de recolher e cuidar adequadamente desses animais, transformando essa questão em uma provável fonte de problemas de saúde pública, além dos próprios maus tratos animais, que são as motivações principais dessa pesquisa.

Esse trabalho é constituído por essa introdução que remete ao problema, objetivo e justificativa para a realização dessa pesquisa, seguida por uma fundamentação baseada em pesquisa bibliográfica que busca atender aos objetivos destacados. Mediante um rigor metodológico apresentado na sequência, busca analisar resultados e identificar quais os requisitos para se constituir uma ONG que possa atender animais abandonados. Para isso, procura-se concluir com um material sólido e pretende-se que sirva de referência para interessados no assunto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE ONG NO BRASIL**

Essa seção destina-se a compreender através da revisão bibliográfica, aspectos legais, sociais, econômicos, técnicos, físicos, de saúde, entre outros, que possam e devam nortear decisões sobre a constituição de ONG que busque atender animais abandonados. Para tanto, o resultado dessa busca foi dividido em tópicos, para melhor compreensão.

## 2.1 Requisitos legais

A formalização de uma ONG, mais especificamente, a obtenção de qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), é um passo importante para aumentar a credibilidade e a transparência, pois a arrecadação de dinheiro é feita principalmente através de doações e ações, juntamente com o trabalho voluntário, além de facilitar as parcerias e convênios com órgãos públicos. Para isso, é necessário cumprir os requisitos e as obrigações apresentadas na Lei nº 9.790 regulamentada pelo Presidente da República no dia 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999).

Primeiramente, para ser qualificada como OSCIP de acordo com Art. 1º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, é preciso a organização estar em funcionamento pelo menos há 3 anos, e as pessoas envolvidas não podem receber nenhum tipo de distribuição de seu patrimônio, devendo, portanto, ele ser aplicada integralmente para o seu objetivo social (BRASIL, 1999).

Em seguida, o objetivo da organização deve encaixar em uma das finalidades descritas no Art. 3º da respectiva lei, como por exemplo: promover a assistência social; promover a segurança alimentar; promover o voluntariado, entre outros. No entanto, não será possível receber a qualificação como OSCIP, as organizações nas quais exercem as atividades descritas no Art. 2º, como comércio, cooperativas, fundações públicas, entre outros, mesmo que promovam algum objetivo social descrito no Art. 3º (BRASIL, 1999).

Feito isso, é necessário criar um estatuto onde serão abordadas questões internas sobre o funcionamento da ONG, e por fim, a organização faz o requerimento escrito ao Ministério da Justiça com os documentos necessários descritos no Art. 5º. Ainda mais, vale destacar que é possível perder a qualificação de OSCIP, quando evidenciadas erros ou fraudes por parte da organização (BRASIL, 1999).

Com as existências das ONGs formalizadas, nota-se no país a aparente transferência de papel do Estado, como agente responsável sobre questões públicas por se tratar de problema social, para as organizações não governamentais. O que se observa hoje são as ONGs assumindo as responsabilidades inerentes ao Poder Público, que além disso, ainda há de lutar para conseguir o apoio dos mesmos, como no caso da ONG LateMia, na cidade de Caratinga (MG), que espera pelo suporte prometido pela Prefeitura de Caratinga, através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) (DOCTUMTV, 2021).

Essa condição também foi identificada noutra pesquisa, noutro cenário, o da educação. Para tanto, fizeram um recorte desde a década de 70, criando um histórico e analisando as contribuições sociais das ONGs voltadas à educação informal. Uma forte constatação evidenciada foi a negligência na oferta de políticas públicas voltadas para essas ONGs. Essa condição reforça a importância dos interessados pesquisarem sobre políticas de fomento e apoio governamental para a atividade que pretendem exercer, antes de qualquer outro procedimento, sob pena de não conseguirem executar seus planos por falta de recursos (ALMEIDA; DE LIMA, 2019).

Logo, é fundamental que os interessados busquem essa pesquisa, possível de ser realizada em portais públicos, como os do Ministério da Saúde do Governo Federal, das Secretarias da Saúde dos Governos Estaduais e Municipais, além de outros portais que possam remeter apoio aos interessados em adentrar nesse universo.

Conforme fixado na Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017, sobre controle de natalidade de cães e gatos errantes, é responsabilidade do Poder Público promover campanhas educativas e de castração. Entretanto, fora do papel, essa lei não aparenta ter sido criada para ser praticada, pois não houve uma verba destinada para realização de programas, como descrita na Mensagem nº 98, de 30 de março de 2017, onde é apresentada as razões de veto do uso de verbas públicas (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, é perceptível que é preciso as ONGs se movimentarem para a lei ser cumprida de fato, representando a população. A forma de existência ideal de ONGs, portanto, deve ser de maneira a complementar as atividades do Estado, como acontece no município de São Paulo (SP), por exemplo, onde há um programa de castração realizada pelo órgão municipal desde 2001 (Lei Municipal Nº 13.131/2001), prestando serviço gratuitamente para toda população residente na cidade, no qual possui cães e/ou gatos, podendo contar com a parceria de ONGs, universidades, entidades veterinárias, entre outros (SÃO PAULO, 2001).

## **2.2 Estrutura**

Para estruturar o ambiente físico de uma ONG, primeiramente é preciso garantir um espaço físico onde os animais possam ficar, com separação adequada para os diversos

tipos de animais que serão abrigados. Além disso, é desejável ter um espaço separado para o banho e tosa, enfermaria e o consultório veterinário caso aconteça algum imprevisto e precise fazer algum curativo ou tratamento, e para isso, um veterinário também para prestar socorro de maneira adequada. Além dessas estruturas, é necessário também caixas de transportes para trazer e levar os animais e veículos para isso, se possível (ABONG, 2018).

É necessário contar com apoio de pessoal técnico especializado, como veterinários e zootecnistas, que não necessariamente precisarão permanecer no local todo o período, entretanto é muito importante que façam visitas conforme demandas, podendo essas acontecerem num curto espaço de tempo, dependendo da situação detectada no ambiente. Logo, ter unidades de apoio fora do recinto é fundamental, como por exemplo, hospitais especializados que possam abrigar adequadamente animais com quadros de saúde agravados, quer seja por doenças ou acidentes (PIZZUTTO, 2021).

Um problema recorrente para muitas ONGs é a questão da incomodação da vizinhança gerada por latidos e miados constantes dos animais abrigados. Uma forma de se resolver isso é a adequada localização de uma ONG, ou seja, a mesma deverá seguir indicações da Prefeitura em que está localizada, pois é a mesma que determina o uso e ocupação do solo, e com certeza indicará a melhor localização para a mesma (CONFEA, 2022).

Na parte interna, é recomendável que tenha um controle gerencial para facilitar a organização e acesso de informações. Para isso, registros como: Registro de Pessoal utilizado mensalmente, onde contém todas as informações dos funcionários; Livros de Atas, para registrar sobre as reuniões que acontecem com determinada frequência; Planilha de Registro de Integrados, com objetivo de manter registrado os dados pessoais dos integrados; Planilha de Doadores, com registro de todos os doadores da organização para a realização de pedidos de doações e projeções; Contas a Pagar, para controlar os pagamentos que devem ser feitos, inclusive as negociações, se fazem importantes para esse objetivo (DE OLIVEIRA; CALLADO, 2017).

A tecnologia é outro ponto importante para ser destacado quanto à estrutura. Em pesquisa realizada junto a municípios de Santa Catarina pertencentes a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí, destacaram Tozzi et. al (2018).

Como achados da pesquisa identificaram a necessidade das ONGs de proteção animal possuir em sua estrutura física mecanismos de identificação e rastreamento de animais como microchips com rádio identificador de frequência, coleiras com Tags e QrCode, além de aplicativos de busca, identificação e comunicação nas redes sociais.

Para os autores, esses instrumentos tecnológicos permitirão maior velocidade no atendimento dos animais, o que será um grande trunfo, por se tratarem de vidas. Além disso, permitirá uma dinâmica na comunicação, otimizando a utilização de outros recursos, como veículos, leitos de hospitais, medicamentos, entre outros (TOZZI et. al, 2018).

Depreende-se dessa análise que a comunicação com a sociedade deverá ser parte fundamental da estrutura planejada por uma ONG, quer seja por mecanismos tradicionais como ligações via telefone, quer seja por mecanismos mais modernos como as redes sociais. Seja qual for o formato adotado, deve-se considerar essa área tão importante da estrutura que estará voltada para a comunicação com o ambiente externo.

### **2.3 Requisitos socioambientais**

O cuidado com a vida dos animais deve acontecer de forma a garantir os direitos dos animais e seres humanos, com integração do Estado e a sociedade. Para isso, o Estado deve cumprir suas obrigações, as ONGs realizarem suas atividades de forma a complementar os exercícios do Estado e a sociedade, através das ONGs, engajar para realizar suas contribuições como doações e voluntariado, além de não deixar de cuidar de seus animais de forma responsável e tratar os demais animais com respeito.

A utilização de redes sociais pelas ONGs é uma importante ferramenta para meios de comunicação com a sociedade na divulgação de seus trabalhos, onde através de um bom planejamento e estratégia, é possível atingir um grande número de pessoas que visualizam os trabalhos e engajar a população para captação de recursos. As interações como compartilhamentos, *likes* e comentários dão engajamento para a publicação, possibilitando atingir pessoas de idades e gêneros variados na divulgação (SILVA, 2018).

A estratégia de comunicação para esse setor deve acontecer de forma distinta das empresas que visam o lucro, pois o objetivo nesse caso é resolver os problemas sociais. É preciso ser levado em consideração as suas especificidades e ser estudado a fundo, pois se



trata de questões como motivar as ações de voluntariado, tornar a organização e suas ações conhecida, obter apoios e recursos financeiros, entre outros.

Um estudo de caso feito com uma ONG demonstrou ter dificuldade na utilização de redes sociais, onde foram identificados alguns motivos como, falta de um profissional de comunicação para cuidar das redes sociais, falta de recurso financeiro suficiente para a contratação do mesmo e também voluntários que se dispõe para isso. Foi identificado também, que um dos públicos nos quais a organização lida, com faixa etária acima de 40 anos, não tem acesso às redes sociais, dificultando a ferramenta como uma das formas para obter visibilidade.

Um exemplo de uma divulgação que obteve sucesso com a utilização de redes sociais foi um projeto da prefeitura de Novo Hamburgo (PA), onde foi utilizado o programa Big Brother Brasil como temática para a divulgação de cães para adoção. Foram divulgados quatro cães inicialmente e todos eles já foram adotados em menos de uma semana após a divulgação, mostrando potencial para substituir a feirinha de adoção que acontecia presencialmente, porém foi suspensa com o avanço da pandemia do Covid-19 (PORTAL G1, 2022).

A sociedade pode contribuir também na fiscalização, como aconteceu na cidade de Ribeirão Preto (SP) em junho de 2021, onde através de denúncias de vizinhos foram resgatados pelos voluntários mais de 80 cães em situação de maus tratos. Entretanto, foi preciso fazer a denúncia mais de um ano para conseguir o resgate, para ainda assim, a prefeitura informar que não há problema na casa como espaço, ventilação e limpeza, mesmo com 50 cães não castrados espalhados pela casa após o resgate. É visível que o problema não foi resolvido, pois provavelmente os vizinhos terão que fazer a denúncia novamente após alguns anos (PORTAL G1, 2022).

O problema maior está no resgate de gatos, que demanda maior tempo e cuidado. Um exemplo disso é o caso que ocorreu na cidade de Cabreúva (SP), onde foi identificado após uma denúncia, 80 gatos abandonados, inclusive fêmeas grávidas, num galpão. Porém, somente foram resgatados 20, pois são ariscos e difíceis de pegar. Nesse caso, o agente responsável da prefeitura da cidade irá castrar os resgatados, entretanto falhou na missão de trabalhar para o controle populacional desses animais, pois somente 25% irão ser castrados (PREFEITURA DE CABREÚVA, 2022).

## **2.4 Financiamentos e parcerias**

As ONGs podem firmar parcerias com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Para isso, é preciso definir os objetivos, metas e resultados a serem atingidos juntamente com os prazos e cronogramas, quais indicadores e critérios serão utilizados para avaliar o desempenho e o resultado, entre outros, descritos no Art. 10. da respectiva lei. É necessário também, a organização publicar um regulamento próprio, onde serão descritos os procedimentos que serão adotados para a contratação de obras e serviços, incluindo as compras feitas com os recursos provenientes do Poder Público.

Outra forma importante de se financiar é buscar parcerias com empresas e pessoas naturais que tenham interesse e afinidade com a causa e acima de tudo possam contribuir financeira e significativamente para os objetivos sociais que se destina. Essas parcerias podem ocorrer de forma periódica e sazonal, seja no quesito de contribuições mensais com a finalidade de manutenção e chamadas de recursos com propósitos específicos (TOSI, 2022).

A prestação de contas deve conter o relatório anual de execução de atividades, juntamente com o comparativo das metas propostas e resultados alcançados, demonstrativo das receitas e despesas, demonstração de resultado do exercício, balanço patrimonial, entre outros, descritos no Art. 15-B. da respectiva lei. Caso os responsáveis pela fiscalização identificarem alguma irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização, a organização será penalizada.

O Incentivo Fiscal é uma forma de obter financiamento governamental, onde o governo cede a verba arrecadada de iniciativa privada para aplicação em projetos sociais, cultura, esporte, entre outros. No município de Resende (RJ), por exemplo, existe um programa de incentivo fiscal para apoiar o bem estar animal, com objetivo de captar os recursos públicos ou privados oriundos de pessoas físicas e/ou jurídicas para promover o bem estar animal (RESENDE, 2015).

A pessoa física ou jurídica que financiar os recursos para a realização de projeto com finalidade promocional e institucional é denominado como patrocinador, onde receberão um certificado que poderá ser utilizada para deduzir, com a limitação de 50%,

do imposto devido por pessoa física ou jurídica do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), optando por um dos dois impostos para a aplicação do benefício.

### **3. MÉTODOS**

O modelo a ser empregado neste estudo será o modelo descritivo de pesquisa, que se baseia na busca, compreensão e análise de informações disponíveis sobre o assunto abordado. As pesquisas descritivas visam levantar a opinião, atitudes e crenças de uma determinada população. Através da utilização do modelo descritivo de pesquisa, pretende-se verificar as propriedades do assunto analisado e a relação entre as variáveis, além de medir as proporções de determinadas particularidades (GIL, 2017).

Ainda, a pesquisa terá enfoque qualitativo, onde a observação é o principal artifício utilizado, no qual permite ao pesquisador maior envolvimento com o fenômeno a ser examinado. O enfoque qualitativo analisa-se o comportamento humano subjetivo, valendo-se de uma observação naturalista e descentralizada (SERAPIONI, 2000).

Outra metodologia aplicada será a pesquisa bibliográfica acerca, que se baseia em uma série de consultas através da literatura existente em livros, textos e documentos publicados. Através da pesquisa bibliográfica, visa-se conhecer, dominar e determinar as contribuições culturais ou científicas do pretérito existente sobre algum tema ou problema. (CERVO; BERVIAN, 1983).

Para tanto, inicialmente buscou-se analisar a legislação pertinente, buscando atentar-se aos principais fatores inerentes ao tema. Posteriormente partiu-se para a leitura de artigos e outros trabalhos científicos publicados e que de alguma forma já contribuíram para que esse tema chegasse até o público. Por último, foi feito um trabalho de levantamento junto a grande mídia, aquela que tem o poder de chegar ao público em geral, para entender e interpretar as principais demandas que foram apresentadas nesse trabalho.

Esse processo, portanto, conduzido praticamente durante o período da pandemia, foi quase que totalmente realizado remotamente.

#### 4. RESULTADOS

Como síntese do levantamento realizado nesse trabalho tem-se o Quadro 1, que apresenta os principais requisitos, descrição sintética e a fonte citada.

**Quadro 1:** Síntese dos requisitos

<b>Requisitos</b>	<b>Descrição Sintética</b>	<b>Fonte</b>
Legais	Criação de um estatuto e requerimento com os documentos necessários.	Brasil, 1999
Legais	Ter um objetivo que encaixe em uma das finalidades descritas no Art 3º da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.	Brasil, 1999
Legais	Estar em funcionamento há pelo menos 3 anos para ser considerada OSCIP.	Brasil, 1999
Estrutura	Garantir espaço e equipamentos adequados para o bem estar dos animais.	Abong, 2018
Estrutura	Ter o apoio dos profissionais técnicos como veterinários e zootecnistas, além de unidades de apoio fora do recinto.	Pizzutto, 2021
Estrutura	Localização adequada a vizinhança (ocupação adequada do solo)	Confea, 2022
Estrutura	Ter um controle gerencial na parte interna.	De Oliveira; Callado, 2017
Estrutura	Criar mecanismos de identificação e rastreamento dos animais.	Tozzi et al, 2018
Socioambientais	Criação de estratégias de comunicação com a parte externa da organização.	Silva, 2018
Socioambientais	Criação de mecanismos de denuncia por parte da população	Portal G1,2022
Socioambientais	Divisão adequada do tempo para com os diversos tipos de animais atendidos	Prefeitura de Cabreúva, 2022
Financiamentos e parcerias	Buscar financiamento público se adequando ao art. 10 da Lei 9.790/99.	Brasil, 1999

Financiamento e parcerias	Contribuições mensais e sazonais para custeio e novas demandas de pessoas físicas e jurídicas	Tosi et al, 2022.
Financiamentos e parcerias	Buscar identificar e utilizar recursos provenientes de Incentivos Fiscais.	Resende, 2015
Financiamentos e parcerias	Prestar contas.	Brasil, 1999

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

Buscou-se com esse quadro a criação de uma visão rápida dos requisitos necessários para a criação de uma ONG, conforme objetivo da pesquisa, porém ressalta-se que esses não são, e, nem em qualquer momento devem ser considerados como absolutos e definitivos.

Ao contrário disso, os mesmos devem ser como premissas para aqueles que já atuam ou que pretendem atuar nessa área, buscando otimizá-los, contribuindo assim com o avanço desse cenário tão desprezado pelo poder público.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar os requisitos necessários ao se criar uma ONG, primeiramente foram identificadas as leis federais relacionadas ao Terceiro Setor, mais especificamente as ONGs e OSCIP, as atividades e obrigações a serem cumpridas de acordo com as leis. Em seguida, foram pesquisadas as estruturas necessárias externa e internamente como espaço físico, equipamentos, gerenciamento, entre outros, de acordo com as experiências de variadas ONGs.

No entanto, para o estudo, foram identificadas dificuldades como falta de materiais disponíveis por parte das ONGs, onde em muitos casos as informações foram retiradas de reportagens, e num caso mais específico, a falta de estudos sobre as ONGs voltadas para animais abandonados, onde faça com que este estudo tenha limitações por parte dessa falta de material.

Foi identificada também a falta de eficiência por parte do Estado no controle dos animais em situações de rua por se tratar de uma questão de saúde pública, onde muitas vezes as ONGs tentam suprir esse seu papel com pouco recurso existente.

Além disso, a falta de conscientização da população ao abandonar um animal e a adoção de forma irresponsável também foram identificadas como um problema.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a continuação de estudos nesse setor, com a realização de estudos de casos e pesquisas feitas nas ONGs. Por fim, mesmo com algumas limitações, o objetivo da pesquisa foi atingido, podendo contribuir para os próximos estudos.

## 6. REFERÊNCIAS

Allan S de O, Antônio ACC. Controles gerenciais em organizações não governamentais: um estudo de caso no caehh. Dialnet [Internet]. 2017 [cited 30 jun 2022] ; 8( 2 ): 13-33. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6572286>

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG [Internet]. Tudo o que você precisa saber antes de escrever sobre ongs. 2018 [cited 2022 Jul 30]. Disponível em: <https://abong.org.br/2018/08/29/tudo-que-voce-precisa-saber-antes-de-escrever-sobre-ongs/>

Brasil. Lei n.9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. [Internet]. 1999. [cited 2021 Dec 7]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm)

Brasil. Lei n.13.426, de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências. [Internet]. 2017. [cited 2022 Jan 3]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13426.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13426.htm)

Cervo AL, Bervian PA. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil; 1983.

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia [Internet]. Resoluções e decisões normativas [cited 30 jul 2022]. Disponível em: <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/resolucoes-e-decisoes-normativas>

Da Silva EWO, Lima K de O, Lima AJS, Dos Santos MJC. A aplicação da lei de incentivo à cultura na democratização do acesso ao lazer. Licere [Internet]. 2021 Mar [cited 2022 Feb 21]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29720/23348>

De Almeida CB, De Lima GR. ONGs: prática cidadã ou omissão de um estado regulador? Periferia [Internet]. 2019 Feb [cited 2021 Dec 17] ; 11( 1 ): 240-259. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/issue/view/1770/showToc>

De Castro CLF, Gontijo CRB, Amabile AE de N. Dicionário de Políticas Públicas [Internet]. Barbacena: EdUEMG; 2012 [cited 2021 Dec 1]. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13076>

DoctumTV [Internet]. Descumprimento do TAC: ONG LateMia diz que prefeitura não tem dado suporte para cuidados com animais. Voluntária esclarece que o abrigo não funciona como canil municipal [cited 2021 Dec 7]. Disponível em: <https://www.doctumtv.com.br/11/2016/descumprimento-do-tac-ong-latemia-diz-queprefeitura-nao-tem-dado-suporte-para-cuidados-com-animais-voluntaria-esclarece-que-o-abrigo-nao-funciona-como-canil-municipal/>

Exame. [Internet]. Brasil poderá ter marco regulatório dos animais de estimação [cited 2021 Dec 7]. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-podera-ter-marco-regulatorio-dos-animais-de-estimacao/>

Gil C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa 6. ed. São Paulo: Atlas; 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Internet]. População de Animais de Estimação no Brasil [cited 2021 Dec 7]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/anos-anteriores/ibge-populacao-de-animais-de-estimacao-no-brasil-2013-abinpet-79.pdf/view>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Internet]. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil [cited 2021 Dec 2]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=destaques>

Pizzutto CS. Bem-estar animal - uma ciência em evolução. B. APAMVET [Internet]. 2021 [cited 30 jul 2022] ; 12( 2 ): 19-22. Disponível em: <https://publicacoes.apamvet.com.br/PDFs/Artigos/119.pdf>

Portal G1 [Internet]. ‘Acha que está fazendo o bem’, diz voluntária sobre dona de 80 cães resgatados em Ribeirão Preto, SP [cited 2022 Jan 17]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/06/14/acha-que-esta-fazendo-obem-diz-voluntaria-sobre-dona-de-80-caes-resgatados-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>

Portal G1 [Internet]. BBB canino: projeto da prefeitura de Novo Hamburgo recria divulgação do reality para incentivar adoções [cited 2022 Jan 22]. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/01/19/bbb-canino-projeto-daprefeitura-de-novo-hamburgo-recria-divulgacao-do-reality-para-incentivar-adocoes.ghtml>

Portal G1 [Internet]. Búfalas de Brotas: 'Quando morrer, morreu', minimiza dono de fazenda ao falar de mortes e desnutrição de animais [cited 2021 Nov 31]. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/11/29/bufalas-de-brotas-quando-morrermorreu-minimiza-dono-de-fazenda-ao-falar-de-mortes-e-desnutricao-de-animais.ghtml>



Portal Mars [Internet]. Brasil tem 30 milhões de animais abandonados [cited 2021 Nov 30]. Disponível em: [https://bra.mars.com/not%C3%ADcias-e-hist%C3%B3rias/press-releases/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados?language\\_content\\_entity=pt-br](https://bra.mars.com/not%C3%ADcias-e-hist%C3%B3rias/press-releases/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados?language_content_entity=pt-br)

Prefeitura de Cabreúva [Internet]. Creadoca dá apoio à protetora que resgatou 80 gatos abandonados [cited 2022 Jan 17]. Disponível em: <https://www.cabreuva.sp.gov.br/creadoca+da+apoio+a+protetora+que+resgatou+80+gatos+abandonados.aspx>

Resende. Lei n. 3187 de 14 de julho de 2015. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio ao Bem Estar Animal e dá outras providências. [Internet]. 2015. [cited 2022 Feb 21]. Disponível em: [https://resende.rj.gov.br/conteudo/arquivos\\_pdf/pdf/3187%20%20Inc.%20Fiscal%20para%20apoio%20ao%20Bem%20estar%20-%20veto%20derrubado.pdf](https://resende.rj.gov.br/conteudo/arquivos_pdf/pdf/3187%20%20Inc.%20Fiscal%20para%20apoio%20ao%20Bem%20estar%20-%20veto%20derrubado.pdf)

Ribeiro ARB, Silva FF, Santos JKR de S, Fernandes LMA, Meireles YS. Panorama da gestão de pessoas no terceiro setor: um estudo sobre uma organização não governamental pernambucana. Veredas Favip [Internet]. 2016 Oct [cited 2021 Dec 1] ; 9( 3 ): 159-174. Disponível em: <http://blog.devrybrasil.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/355>

São Paulo. Lei n.13.131, de 18 de maio de 2001. Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo. [Internet]. 2001. [cited 2022 Jan 3]. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13131-de-18-de-maio-de-2001>

Serapioni M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciênc. saúde coletiva [Internet] 2000. [acesso em 4 Jan 2021];5(1):187-192. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8MGqFCjhjvXKQsq37t6q7PK/abstract/?lang=pt>

Silva VF. As mídias sociais e sua contribuição na comunicação de ONGs. IPOG [Internet]. 2018 Dec [cited 2022 Jan 11]. Disponível em: <https://ipog.edu.br/wpcontent/uploads/2020/12/vania-ferreira-silva-141771511.pdf>

Souza ACA, Reis STJ. Origem e histórico dos animais resgatados e tutelados por ONGs de proteção aos animais, protetores independentes e Associação de protetores de animais da cidade de Salvador/BA. Medvep [Internet]. 2018 [cited 2021 Dec 7] ; 48( 2 ): 112-124. Disponível em: <https://medvep.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Origem-e-hist%C3%B3rico-dos-animais-resgatados-e-tutelados-por-ONGs-deprote%C3%A7%C3%A3o-aos-animais-protetores-independentes-e-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-protetores-de-animais-da-cidade-de-Salvador-BA.pdf>

Tozzi T, Anderle DF, Nogueira RR. Modelo de aplicação WEB com ênfase em ONGs de proteção animal para apoio ao resgate de animais domésticos. XI MICTI, 2018. [cited 30 jun 2022] I. F. Catarinense. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/micti/article/view/1016/851>



Veja Saúde [Internet]. Adoção de animais aumenta na pandemia, mas abandono também [cited 2021 Dec 7]. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/vida-animal/adocao-de-animais-aumenta-na-pandemia-mas-abandono-tambem/>